



XVI Encontro Regional de Agroecologia do NORDESTE

NORDESTE

Na rota do Velho Chico: A Agroecologia e os Movimentos Sociais na luta contra as opressões no Campo e na Academia.

28 de Abril a 01 de Maio - CECA/ UFAL - Rio Largo - AL

Formação da educação urbana e rural no Brasil: uma gênese a partir da historicidade.

Willian Franklin Ferreira Guimarães*¹

Diego Felipe dos Santos²

¹ willianguimaraesf93@gmail.com

² diego.felipeufpe@gmail.com

¹ Licenciando em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco.

² Licenciando em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco.†

Resumo-Abstract

Para entender sobre a educação no século XX e XXI se faz necessário uma leitura do passado a respeito do percurso histórico da educação, desde a chegada da Companhia dos Jesuítas até o período de Fernando Henrique Cardoso. No decorrer desse período houveram leis que regeram a educação do ensino básico até o ensino superior, que vai desde uma seletividade das pessoas até uma ideia pública do assunto. A partir desses pontos problemáticos podemos perceber como se é tratada a educação hoje nas áreas urbanas e rurais. Passando para o final do século XX e começo do XXI outras questões não necessariamente constitucionais se mostram necessárias para uma melhor educação dos alunos como: a aplicabilidade e liberdade do indivíduo

Palavras-chave: história, educação, urbano, rural.

In order to understand education in the twentieth and twenty-first century, it is necessary to read the past about the historical course of education, from the arrival of the Company of the Jesuits to the period of Fernando Henrique Cardoso. During this period there were laws that governed the education of basic education to higher education, ranging from a selectivity of people to a public idea of the subject. From these problematic points we can see how education is treated today in urban and rural areas. Moving towards the end of the XX century and beginning of XXI other questions not necessarily constitutional are necessary for a better education of the students as: the applicability and freedom of the individual

Keywords: History, education, urban, rural

† Endereço atual



XVI Encontro Regional de Agroecologia do NORDESTE

NORDESTE

Na rota do Velho Chico: A Agroecologia e os Movimentos Sociais na luta contra as opressões no Campo e na Academia.

28 de Abril a 01 de Maio - CECA/UFAL - Rio Largo - AL

Introdução

Os atuais debates sobre a educação brasileira tal como vemos hoje não podem ser entendidos sem passarmos os olhos sobre o passado. Fazendo isso, vemos que nossa educação, em primeiro momento, fora feita por padres Jesuítas que viam os povos primitivos do Brasil como pessoas a serem catequizadas; após isso, adotaram uma metodologia pautada no livro chamado *Ratio Studiorum*. Passada essa junção do Estado com a Igreja dar-se à formação de constituições para regulamentar as melhores formas de educar, quem deveria bancar essa educação, quem poderia ser educado dentre outras coisas. Essas discussões ao longo da história do Brasil foram de importância para que em 1988, durante a república, fosse criada a LDB que rege até os dias de hoje a educação brasileira.

Experimental

Mostrar a evolução educacional nos variados momentos do Brasil passando pela colônia até o período republicano de Fernando Henrique Cardoso. E com esses panoramas chegar aos problemas encontrados hoje pela educação tanto no urbano quanto no rural.

O presente trabalho se utiliza de pesquisa documental como os artigos utilizados para entendimento dos contextos evolutivos da educação rural/urbano no Brasil. Além desta, foram utilizadas produções de autores como Paulo Freire para tratar da explanação da educação na cidade e Leandro Karnal, para reforçar a questão da educação urbana. Adicionalmente, também foram utilizados trabalhos acadêmicos em conjunto com a LDB para verificação da maleabilidade dos modos de educação na área rural do país.

Resultados e Discussão

Uma breve história da educação no Brasil A educação na Colônia

Podemos falar que a “educação” brasileira surge no período colonial com a chegada de seis missionários Jesuítas a mando do Papa e do rei de

Portugal D. João III durante o primeiro governo geral de Tomé de Souza. Os representantes da Igreja que ali estavam tinham vindo com a intenção de catequese, apesar de ideais como a de posse de escravos e terra para manter o trabalho tivessem aparecido, logo foram derrubadas pelos textos canônicos da igreja.

Como analisa Villalobos, servindo a uma sociedade latifundiária e escravocrata e fomentando o gosto pela cultura literária de base clássica, os jesuítas impuseram, em suas escolas, uma disciplina férrea, de espírito rotineiro e conservador, visando, sobretudo, à uniformidade cultural e à domesticação da mente:

“A pedagogia autoritária de que se utilizavam servia tanto aos interesses da igreja como aos do governo português, que via na fé e na autoridade da religião o melhor instrumento de dominação política e na uniformidade da cultura o melhor freio para os sentimentos nacionais de independência”.
(VILLALOBOS, 1959, p. 41)

Com o passar dos anos, os Jesuítas perderam seu foco principal e foram realocados para o ensinamento das elites no Brasil, pois na Europa estava surgindo a Renascença e Portugal se viu atrasado em questões de “analfabetismo” e outras matérias relativas ao entendimento da educação elementar.

“Assim, os padres acabaram ministrando, em princípio, educação elementar para a população índia e branca em geral (salvo as mulheres), educação média para os homens da classe dominante, parte da qual continuou nos colégios preparando-se para o ingresso na classe sacerdotal, e educação superior religiosa só para esta última. A parte da população escolar que não seguia a carreira eclesiástica encaminhava-se para a Europa, a fim de completar os

estudos, principalmente na Universidade de Coimbra, de onde deviam voltar os letrados”. (ROMANELLI, 1987, p. 35)

Nesse momento surge a pedagogia Jesuítica, inspirada na Universidade de Paris, centro de um estudo tomista (São Tomás de Aquino) e na teoria do educador espanhol Quintiliano, voltado para o ensino da humanidade além de técnicas de estudos Aristotélico. Esses estudos eram ensinados de acordo com as normas do *RATIO STUDIORUM*.

Segundo Cunha (1978) esses estudos eram divididos em *studia inferiora* (formação linguísticas) correspondente ao secundário e *studia superior* (filosofia e teologia) correspondente ao estudo superior. Nesse estudo estavam incluídos os cursos elementares, de humanidade, artes e teologia.

“Quintiliano defendia a necessidade de três fatores para a formação do educando (no seu caso, do orador), já mencionados por Aristóteles: *Natura* (disposições naturais: físicas, psicológicas e morais), *Ars* (instrução: a instrução é uma arte e consta de normas técnicas) e *Exercitatio* (prática: o progresso do aluno supõe uma prática reiterada)”. (ROCHA, 2005. p. 36)

Como também podemos perceber que:

“O mesmo método deveria ser adotado por todos os docentes completando-se esse princípio com o da organização das matérias de modo a explorar, ao máximo, o pensamento de poucos autores (principalmente Aristóteles e Tomás de Aquino), preferivelmente ao de muitos”. (CUNHA, 1980, p. 23)

Percebemos aqui que nem a didática e a realidade a qual se encontrava os seus alunos eram levadas em conta durante esse período. Além disso, nos estudos a disciplinas, atenção e perseverança era algo que os Jesuítas queriam dos estudantes.

Educação brasileira no Império (1759 – 1889)

Esse período é onde os ideais liberais da Revolução Francesa surge e com isso o mundo todo começa a mudar o pensamento. Não é diferente aqui no Brasil, onde a educação passa de um dever do súdito para um direito do cidadão e dever do Estado. Sobre tal, Carvalho complementa:

“Tornava-se necessário dotar o país com um sistema escolar de ensino que correspondesse satisfatoriamente às exigências da nova ordem política, habilitando o povo para o exercício do voto, para o cumprimento dos mandatos eleitorais, enfim, para assumir plenamente as responsabilidades que o novo regime lhe atribuía. Esta aspiração liberal, embora não consignada explicitamente na letra da lei, conquistou os espíritos esclarecidos e converteu-se na motivação principal dos grandes projetos de reforma do ensino no decorrer do império”. (CARVALHO, 1972, p. 2)

Nesse período é dado enfoque maior às universidades, deixando de lado a Educação para mocidade Brasileira, construindo assim duas Universidades, uma em Olinda e outra em São Paulo. Um projeto constitucional surge em 1823 prevendo a difusão do ensino de base,

“Porém esse ensino era para brancos de pose; para os índios haveria aulas de catequese e civilização; e, para negros emancipados lentamente, haveria educação religiosa e industrial”. (Peres, 2005, p. 51)

Em 1827 legisladores deram uma resposta às ideias liberais de ensino gratuito dado pelo Estado. Na lei de 15 de outubro de 1827 as escolas só seriam abertas em locais populosos, desde que necessárias, além de escolas específicas para meninos e meninas e professores vitalícios.

“Prometida pelo governo a todos os cidadãos, a escola elementar teria este currículo: escrever, ler e contar (quatro operações, decimais e proporções), geometria prática, gramática da

língua nacional, moral e doutrina da religião católica. Como livros de leitura teriam preferência a Constituição do império e a História do Brasil. Nas escolas para meninas, haveria uma variante curricular: quanto à aritmética nada mais que as quatro operações; nenhuma geometria e, em vez disso, as prendas que servem à economia doméstica”. (Peres, 2005, p. 53)

Segundo Azevedo (1958), no testemunho de Lino Coutinho, Ministro do Império, havia grandes problemas com a aplicação da Lei Geral de 15 de outubro por motivos econômicos, técnicos e políticos, além de um quadro de 20 escolas por todo território com carência de professores. A distância entre a elite e o povo em termo de conseguir uma instrução era grande, isso, deve-se às características econômicas, sociais e políticas. Com o pronunciamento de D. Pedro II, em 1889, fechava-se o círculo das aspirações educacionais, inaugurado por D. Pedro I em 1823.

Com efeito, completava-se à fase nacional da História da educação Pública no Brasil, abrindo caminho para o período republicano que se caracterizaria pelos seguintes traços:

- Regime de separação do Estado e igreja;
- Laicismo e neutralismo escolar em matéria confessional: um passo adiante na senda da secularização do ensino;
- Descentralização educacional nos quadros do federalismo republicano;
- Vitória do ensino livre e esforços posteriores no sentido da organização de um sistema escolar nacional (Carvalho, 1972, p. 3).

Algumas reformas na educação no Brasil durante os períodos de República até FHC.

Reforma Benjamin Constante

O autor desta primeira reforma na educação era um militar com pensamentos de laicidade (sem conteúdo de religião) e liberdade como orientadores do ensino além da gratuidade da escola primária. A organização escolar estruturava-se da seguinte forma:

- Escola primária organizada em dois ciclos: 1º grau para crianças de 7 a 13 anos; 2º grau para crianças de 13 a 15 anos;
- Escola secundária com duração de 7 anos;
- Ensino superior reestruturado: politécnico, de direito, de medicina e militar.

Em relação ao plano curricular do ensino secundário, a reforma B. Constant, sem suprimir a parte tradicional do currículo, ou seja, o estudo do latim e do Grego propôs que a sua parte principal fosse constituída pelo estudo das ciências fundamentais, em um curso de sete anos, na ordem lógica de sua classificação estabelecida por Augusto Comte, um dos mentores da filosofia positivista (veja anotações de aula). Desse modo, a organização curricular do ensino secundário adquiria a seguinte estruturação:

- 1º ano – aritmética (estudo completo) e álgebra elementar (estudo completo);
- 2º ano – geometria preliminar, trigonometria retilínea e geometria espacial;
- 3º ano – geometria geral e seu complemento algébrico, cálculo diferencial e integral (limitado ao conhecimento das teorias rigorosamente indispensáveis ao estudo da mecânica geral propriamente dita);
- 4º ano – mecânica geral;
- 5º ano – física geral e química geral;
- 6º ano – biologia;
- 7º ano – sociologia e moral, e noções de direito pátrio e de economia política. (Palmas Filho, 2005, p. 73)

O desinteresse dos alunos em relação ao estudo secundarista e à sua estrutura causou a falência de tal método reformista educacional.

A Reforma João Luiz Alves/Rocha Vaz

Com as medidas adotadas pelos ministros João Luiz Alves e Rocha Vaz, o ensino secundário passa a ser seriado, com a duração de seis anos, sendo o último ano, um curso de Filosofia. Tem por finalidade fornecer preparo fundamental e geral para a vida, qualquer que seja a profissão a que se dedicasse posteriormente o estudante. A conclusão do 5º ano já dava direito ao prosseguimento de estudos em nível superior, desde que, claro, o estudante fosse aprovado nos

vestibulares. Aos concluintes do 6º ano, será atribuído o grau de bacharel em ciências e letras. (Palmas Filho, 2005)

A Situação da educação primária

Como assinala, mais uma vez, Reis Filho:

“[...] seu pensamento é fruto da vulgarização das obras dos naturalistas, historiadores e filósofos que no fim do século XIX europeu, utilizaram os conhecimentos científicos para combater a metafísica escolástica” (REIS FILHO, 1981, p. 50).

Na memória encaminhada ao governador do estado, propõe a seguinte estrutura vertical para o ensino público:

- Jardim de infância para crianças de 4 a 6 anos de idade.
- Escola de 1.º grau (primário) para crianças de 7 a 10 anos de idade.
- Escola de 2.º grau para pré-adolescentes de 11 a 14 anos de idade.
- Escola de 3.º grau para adolescentes de 15 a 18 anos de idade. (Palmas Filho, 2005, p. 77)

Segundo Palmas Filho (2005) podemos encontrar no Decreto nº248, de 18 de julho de 1894 um currículo escolar pautado nas matérias: leitura e dedução de princípios de gramática; escrita e caligrafia; cálculo aritmético sobre números inteiros e frações; geometria prática, sistema métrico e decimal; desenho à mão livre; moral prática; educação cívica; noções de geografia geral; geografia do Brasil dentre outras de caráter tecnicista/naturalista.

Durante o período Vargas há mudanças no ensino secundário, o Ministro da Educação Francisco Campos abandona à ideia que o ensino secundário deveria servir como ponte para as Faculdades trazendo a função de juízo de critérios e treino da inteligência para resolução de problemas. Esse ensino é organizado em dois segmentos: ginásial com cinco anos de duração e o curso complementar com duração de dois anos, com caráter de especialização, subdividido em três segmentos: pré-jurídico, pré-médico e pré-politécnico. Durante o período Vargas, havia, em países, como Itália, URSS e Alemanha, o

surgimento do Fascismo, Stalinismo e Nazismo isso fez com que no Brasil houvesse novos debates políticos acerca da educação. Nesse momento havia debates acerca da educação laica, direito ao ensino gratuito até os 18 anos e currículo comum para ambos os sexos.

Durante o período militar surge um acordo do MEC/USAID (United States Agency for Development) para o aperfeiçoamento do ensino primário. Essa agência americana, segundo Palmas Filho (2005), passa a dar assessoria de desenvolvimento da educação profissional, aulas de moral e cívica, além de decretos que vão desde o projeto Rondon de assistência social, até a fixação de normas de incrementos de matrículas para o nível superior.

Após o período militar, durante o Governo de Sarney, é promulgada a constituição de 1988, que trouxe mudanças significativas até o período do governo de Fernando Henrique. Com ela mudanças na área da educação ocorreram, dentre elas: acesso ao ensino público obrigatório, o uso da linguagem materna indígena nos processos próprios de aprendizagem, educação como dever do Estado e da família, diferenças nos graus de ensino das redes municipais e estaduais. Essas e outras mudanças foram ocorrendo até chegar a LDB que conhecemos hoje que surgiu num projeto do Deputado Federal do PMDB de Minas Gerais, Octávio Elísio ex-secretário da educação no governo de Tancredo Neves.

EDUCAÇÃO NA CIDADE

“Necessitávamos de uma educação para a decisão, para a responsabilidade social e política”, assim falou Paulo Freire em seu livro, Educação como prática da liberdade de 1967. Pensando nisso e fazendo uma breve relação com o passado acima citado, podemos perceber que antes as escolas de ensino secundarista – hoje ensino médio – passaram por mudanças, porém, que não saem de duas características principais: uma de ponte para o ingresso às Faculdades nos primeiros períodos do Império; e a outra de possibilitar a formação profissional ou técnica após término do ginásio, durante a República.

Essas características estão até hoje muito presentes no século XXI, vemos isso no aumento de construções de escolas ETE (Escola Técnica do Estado), Institutos Federais (IF) e escolas particulares que têm a finalidade de atender uma demanda de mercado dos pais, que é de formar os filhos para entrar numa Faculdade/Universidade. Em vista disso, percebemos que a própria Igreja Católica Apostólica Romana mudou mais que a escola, pois as igrejas Católicas, durante sua história de mais de dois milênios, já obtiveram mais de vinte Concílios Ecumênicos.

Visto isso, voltemos um pouco ao que Paulo Freire entende como fundamental na educação. Para ele a educação deveria ser pautada na discussão dos problemas no homem e sua inserção nesse mundo, dar força e coragem para lutar, o colocar em diálogo com o outro além de transforma-lo em alguém mais crítico. Essas são para Freire características inerentes de uma sociedade democrática.

Freire, ao participar do Movimento de Cultura Popular no Recife, vinha alfabetizando adultos de modos bem distintos. Todos os professores participantes ensinavam a partir de temas do cotidiano como forma de formação:

“A programação desses debates nos era oferecida pelos próprios grupos, através de entrevistas que mantínhamos com eles e de que resultava a enumeração de problemas que gostariam de debater. “Nacionalismo”, “Remessa de lucros para o estrangeiro”, “Evolução política do Brasil”, “Desenvolvimento”, “Analfabetismo”, “Voto do Analfabeto”, “Democracia”, eram, entre outros, temas que se repetiam, de grupo a grupo”. (Freire, 1967, p. 103)

Além disso, outra questão que se tem debatido muito é sobre a criatividade do professor na hora do ensino. Leandro Karnal em seu livro traz um capítulo para pôr em debate esse tema, e lança mão de uma pergunta:

“Vamos avaliar o termo. *Criatividade* deriva de uma capacidade de inventar, de não repetir, de surpreender e de ser

original. Se devo ser original, devo evitar repetir o quê?”. (Karnal, 2016, p. 43)

No livro “Conversa com um jovem professor” Leandro Karnal (2016, p. 44) diz que “um dado permanece mais tempo na memória se associada a mais lembranças”. Percebendo isso e o que fora falado um pouco sobre a metodologia de Paulo Freire, vemos que puxar pela memória dos alunos ou fazendo o mesmo entrar em contato com técnica de ensino na própria vida, faz com que o aluno, independente de idade, armazene essa informação por mais tempo e veja nela aplicabilidade em vida.

EDUCAÇÃO RURAL

Para pensarmos a educação no rural/campo devemos ver que há demandas diferentes, porém não podemos deixar de oferecer às cidades do campo uma educação pautada nas novas demandas de conhecimento num mundo tão globalizado. Para deixarmos de lado essa visão dicotômica do rural/urbano precisamos perceber uma continuidade entre esses dois espaços.

Segundo Marques (2002 apud Melo, 2011, p. 19) na segunda metade do século XX, com o avanço do processo de urbanização e com a “industrialização” da agricultura, ganharam expressões os estudos que defendem a ideia de *continuum* (ou contínuo) rural-urbano. Ou seja, afirma-se a tendência de uma maior integração entre cidade e campo, com a modernização deste e a destruição de formas arcaicas. Admite-se diferenças de intensidade e não contraste entre estes dois espaços, em relação aos quais não haveria uma distinção nítida, mas uma diversidade de níveis que vão desde a metrópole até o campo no outro extremo.

Henri Léfèbvre foi um dos autores que mais contribuíram para essa abordagem e escreve:

“A concentração da população acompanha a dos meios de produção. O tecido urbano prolifera, estendendo-se, corrói os resíduos da vida agrária. Estas palavras, “os tecidos urbanos” não designam de maneira restrita, o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto de manifestações do predomínio da

cidade sobre o campo. Nessa acepção, uma segunda residência, uma rodovia, um supermercado em pleno campo, fazem parte do tecido urbano”. (LÉFÈBVRE, 1999, p.17)

Visto a continuidade entre rural e urbano podemos falar que a educação rural, vem com força e maior definição na constituição de 1988 com a Lei de Diretrizes e Bases da educação (LDB). Segundo o artigo 28 da LDB podemos ver que:

“Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural”. (MELO, 2011)

Vendo isso, podemos dar exemplo de escolas que aderem por um olhar mais rural aos alunos que ali estão crescendo. Enfoques estes como disciplinas de agricultura, pastagem, além das características culturais de seu município. Para exemplo disso, podemos citar à Escola Municipal Agrária de Rio Claro - SP atual “Escola Municipal Agrícola de Ensino Fundamental Engº Rubens Foot Guimarães”. (Melo, 2011, p. 36)

Mas existem também escolas técnicas que o foco não é necessariamente a cultura local como a instalação de IF (Instituto Federal) nas zonas rurais de São Paulo. Como exemplos podem ser citados os Municípios de Avaré, Araraquara e Barretos. Isso nos mostra que na LDB vigente temos um projeto de educação maleável que vai desde um ensino da vivência dos agricultores familiares aos níveis de ensino mais técnicos.

Conclusões

Os estudos no Brasil tiveram sua origem com a Companhia dos Jesuítas na catequese, após uma

valorização do conhecimento no período de Renascença Portugal obriando o Clero a mudar sua postura com a educação, tendo agora enfoques na leitura, matemática, etc. No período do império houveram grandes tendências a colocar escolas de financiamento do Estado com enfoque apenas no segundo grau e Faculdades. Já durante as repúblicas, surge a LDB, o Ministério da educação e a difusão do ensino em larga escala.

Porém, ainda hoje encontramos problemas no modo de educação que visam um ensino voltado para o mercado de trabalho como para o ingresso em universidades e, por vezes, deslocado do contexto social. Para além disso, a educação rural vem se mostrando com adequações, seja ela com maleabilidade para períodos agrícolas, vivência no campo e Escolas Técnicas como o IF.

Referências

- CARVALO, Laerte R. **Introdução ao estudo da história da educação brasileira: o desenvolvimento histórico da educação brasileira e a sua periodização**. São Paulo, 1972. (Mimeog.)
- CUNHA, Luiz A. **Análise do pensamento sobre o ensino superior no Brasil**. Rio de Janeiro, Síntese Política Econômica Social (SPES) – Nova Fase, 1978.
- CUNHA, Luiz A. **A universidade temporã: o ensino superior da colônia à era de Vargas**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.
- FREIRE, Paulo. **Educação como Prática da Liberdade**. 1º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.
- KARNAL, Leandro. **Conversas com um jovem professor / Leandro Karnal (com a colaboração de Rose Karnal)**. – ed., 5ª reimpressão. – São Paulo; Contexto, 2016. 142 p.
- LÉFÈBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- MELO, Silas N. **Educação no campo e educação no rural: distinção necessária para compreensão da realidade geográfica**, São Paulo, 2011.
- MARQUES, Marta I. M. **O conceito de espaço rural em questão**. Terra Livre, São Paulo, nº 19, p. 95-112, ano 18, 2002.
- REIS Filho, Casemiro dos. **A educação e a ilusão liberal**. São Paulo: Cortez e autores associados, 1981.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. Petrópolis, vozes, 1987
- VILLALOBOS, João E.. **O problemas dos valores na formação e no funcionamento do sistema educacional brasileiro**. *Revista Brasileira de estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 76, p. 34-49, 1959.